

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | estudos@cnseg.org.br

Nº 173 – outubro/2021 – semana 4

Se a semana que passou foi esvaziada em relação à divulgação de indicadores econômicos (o Monitor do PIB, com queda de 1%, apenas confirmou a retração econômica em agosto, sinalizada anteriormente pelo IBC-Br), não se pode dizer o mesmo a respeito do noticiário político e suas relações com a economia. Pelo contrário: com as dificuldades em aprovar a reforma do Imposto de Renda no Senado após a sua aprovação na Câmara, o Governo resolveu utilizar a PEC dos Precatórios para viabilizar o pagamento do Auxílio Brasil, programa que deve substituir o Bolsa Família, nascido da evidência, propiciada pelo Auxílio Emergencial, de que há segmentos grandes da população brasileira desassistidos pelas políticas públicas. O texto aprovado na Comissão Especial, e que segue para o plenário da Câmara nesta semana, fixa um limite para o pagamento de dívidas judiciais (os precatórios) e altera a correção do Teto de Gastos. Hoje, o teto é corrigido pelo IPCA acumulado em 12 meses até junho

do ano anterior ao de sua vigência. Segundo o texto da PEC, seria adotada a correção da inflação de janeiro a dezembro. Combinadas, as duas medidas liberam um espaço estimado em mais de R\$ 80 bilhões no Orçamento de 2022. O pedido de “waiver” (perdão, no jargão do FMI) do Ministro da Economia é para que, de acordo com o anúncio feito pelo Governo, o Auxílio Brasil tenha um reajuste de 20% sobre o valor do Bolsa Família, e que esse novo valor seja estável. Um complemento temporário, de tal modo que nenhum beneficiário receba menos de R\$ 400, será pago até dezembro de 2022. Isso está sendo tratado por meio de Medida Provisória, que pode sofrer ainda alterações pelos parlamentares, o que aumenta ainda mais o risco fiscal do conjunto de medidas. Uma mudança na regra que é a principal âncora fiscal brasileira – e às vésperas de um ano eleitoral – provocou baixas na equipe econômica e não foi bem recebida pelo mercado financeiro, que emitiu todos os

sinais clássicos de maior pessimismo: queda da Bolsa, desvalorização do Real (mesmo que esse já se encontre desvalorizado) e abertura (aumento) da curva de juros, movimentos que são confirmados pelo Relatório Focus desta segunda-feira. O termo mais usado pelos analistas de mercado é “desancoragem”, significando sua preocupação com as âncoras até agora ainda visíveis das políticas econômicas. A projeção para o PIB caiu abaixo de 5,0%, para 4,97%. Para 2022, nova queda, de 1,50% para 1,40%. A projeção mediana para o IPCA subiu de 8,69% para 8,96%. Em relação ao IPCA de 2022, foram elevadas de 4,18% para 4,40%. A novidade significativa aqui, entretanto, é o aumento da projeção para 2023 e 2024, respectivamente de 3,25% para 3,27% e de 3% para 3,02%. Os aumentos parecem pequenos, mas representam algo grave: o início da já mencionada “desancoragem” das expectativas inflacionárias de longo prazo em relação à meta.

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | [estudos@cnseg.org.br](mailto:estudos@cnseg.org.br)

Nº 173 – outubro/2021 – semana 4

A ancoragem das expectativas é um dos pilares do sistema de metas de inflação. Por isso, o mercado projeta uma reprecificação completa nos juros, justamente em semana de Copom: a projeção para a Selic ao final deste ano saltou de 8,25% para 8,75% e para o ano que vem de 8,75% para 9,50%. A semana deve continuar agitada em Brasília com a discussões na Câmara para a votação

em plenário da PEC dos Precatórios que viabilizará o Auxílio Brasil. No calendário econômico a semana será recheada, com destaque para IPCA-15 de outubro e para os dados do Caged, amanhã (26/10), para a PNAD Contínua e a decisão de juros do Copom, na quarta 27/10) e para o IGP-M de outubro, na quinta (28/10), além de diversos indicadores de confiança e estatísticas fiscais.

# ACOMPANHAMENTO das Expectativas Econômicas



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS – SUESP | estudos@cnseg.org.br

Nº 173 – outubro/2021 – semana 4

Notas	Variável	Realizado 2020	Realizado 2021	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2021					Valores projetados para 2022				
					Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano	Hoje	Última semana	4 semanas	13 semanas	Início do ano
					22/10/21	15/10/21	24/09/21	23/07/21	08/01/21	22/10/21	15/10/21	24/09/21	23/07/21	08/01/21
4	PIB	-4,06%	6,41%	1,76%	4,97%	5,01%	5,04%	5,29%	3,41%	1,40%	1,50%	1,57%	2,10%	2,50%
4	PIB Indústria	-3,48%	9,99%	4,73%	5,30%	5,35%	5,50%	5,99%	4,05%	1,30%	1,42%	1,50%	2,30%	2,28%
4	PIB de Serviços	-4,47%	4,74%	0,45%	4,90%	4,94%	4,98%	4,65%	3,28%	1,50%	1,50%	1,56%	2,30%	2,50%
4	PIB Agropecuário	1,96%	3,34%	2,02%	2,56%	2,53%	2,56%	3,53%	2,42%	2,20%	2,00%	2,00%	2,49%	3,00%
1	IPCA	4,52%	6,90%	10,25%	8,96%	8,69%	8,45%	6,56%	3,34%	4,40%	4,18%	4,12%	3,80%	3,50%
1	IGP-M	23,14%	16,01%	24,87%	17,75%	17,50%	18,18%	19,00%	4,60%	5,22%	5,00%	5,00%	4,62%	4,00%
1	SELIC	1,90%	5,43%	3,00%	8,75%	8,25%	8,25%	7,00%	3,25%	9,50%	8,75%	8,50%	7,00%	4,75%
1	Câmbio	5,20	5,44	5,36	5,45	5,25	5,20	5,09	5,00	5,45	5,25	5,24	5,20	4,90
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	62,70%	59,35%	60,50%	60,45%	60,60%	61,00%	61,50%	64,95%	62,90%	63,00%	62,97%	63,50%	66,80%
1	Conta Corrente (em US\$ bi)	-25,92	-8,08	-20,70	-5,50	-4,85	-2,00	0,25	-16,00	-19,00	-20,80	-17,00	-14,30	-29,05
1	Balança Comercial (em US\$ bi)	32,37	34,72	38,14	70,50	70,25	70,70	69,70	55,00	63,00	63,65	63,00	61,00	50,00
1	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	44,66	40,74	50,43	50,00	50,00	50,00	53,50	60,00	60,00	60,25	62,00	67,50	70,00
1	Preços Administrados	2,61%	12,70%	15,73%	14,83%	13,62%	13,50%	10,45%	4,02%	4,20%	4,10%	4,12%	4,50%	3,69%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 25/10/2021

Notas: 1- dados até setembro/21; 2- dados até agosto/21; 4- dados até junho/21.

Vide nota de referência de período.